

# Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 95

n. 064

São Paulo

terça-feira, 9 de abril de 1985

## PODER EXECUTIVO

### DECRETOS

#### DECRETO N.º 23.358, DE 8 DE ABRIL DE 1985

*Cria as unidades escolares que especifica na Região Metropolitana da Grande São Paulo*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 89, da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967 e considerando o que dispõe o Decreto n.º 2.957, de 4 de dezembro de 1973, e à vista da manifestação da Secretaria da Educação,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam criadas, na Região Metropolitana da Grande São Paulo, nas Divisões Regionais de Ensino e Municípios mencionados, as seguintes Unidades Escolares:

I — DRECAP-1

- a) 1.ª DE — Distrito de Jaraguá
1. a EEPG do Conjunto Residencial Pedra Verde
2. a EEPG do Jardim Ipanema
- b) 1.ª DE — Subdistrito de Pirituba
1. a EEPG do Parque Anhanguera
2. a EEPG do Jardim Nossa Senhora Aparecida
- c) 4.ª DE — Subdistrito do Tucuruvi
1. a EEPG Cidade Fernão Dias

II — DRECAP-2

- a) 11.ª DE — Distrito de Guaianazes
1. a 2.ª EEPG do Conjunto Habitacional Santa Etelvina
2. a 4.ª EEPG do Conjunto Habitacional Santa Etelvina
3. a 2.ª EEPG do Conjunto Habitacional Jardim São

Paulo

4. a 3.ª EEPG do Conjunto Habitacional Jardim São
- Paulo
5. a EEPG Jardim das Laranjeiras

III — DRECAP-3

- a) 15.ª DE — Subdistrito do Ipiranga
1. a EEPG do Conjunto Habitacional dos Metalúrgicos do ABCD.
- b) 17.ª DE — Subdistrito de Campo Limpo
1. a EEPG Super Quadra Morumbi
2. a EEPG Vaz de Lima

IV — DRE-4 — NORTE

- a) DE de Caieiras — Município de Caieiras
1. a EEPG do Conjunto Habitacional Nosso Teto
- b) DE de Caieiras — Município de Cajamar
1. a EEPG Distrito de Jordanésia
2. a EEPG (Agrupada) do Bairro Borelli
- c) DE de Caieiras — Município de Franco da Rocha
1. a EEPG (Agrupada) de Vila Elisa
- d) DE de Caieiras — Município de Francisco Morato
1. a EEPG do Jardim Silvia
- e) 1.ª DE de Guarulhos — Município de Guarulhos
1. a EEPG do Parque Continental
- f) 2.ª DE de Guarulhos — Município de Guarulhos
1. a EEPG do Jardim Fortaleza
2. a EEPG (Agrupada) do Jardim Arapongas

V — DRE-5-LESTE

- a) DE de Suzano — Município de Suzano
1. a EEPG da Vila Nova Amorim
- b) DE de Suzano — Município de Poá
1. a EEPG (Agrupada) do Jardim América
2. a EEPG (Agrupada) Nova Poá
- c. DE de Suzano — Município de Itaquaquecetuba
1. a EEPG (Agrupada) do Jardim Josely
2. a EEPG (Agrupada) do Jardim Americano

- d) DE de Suzano — Município de Ferraz de Vasconcelos
1. a EEPG (Agrupada) do Jardim São Paulo
- e) DE de Mogi das Cruzes — Município de Mogi das Cru-

zes.

1. a EEPG (Agrupada) do Bairro do Alceu
- VI — DRE-6-SUL
- a) DE de Diadema — Município de Diadema
1. a EEPG de Vila Paulina
2. a EEPG (Agrupada) do Jardim Santa Rita II
- b) 1.ª DE de São Bernardo do Campo — Município de São Bernardo do Campo
1. a EEPG Nova Divinília
- c) DE de Ribeirão Pires — Município de Rio Grande da Serra
1. a EEPG de Vila São João
2. a EEPG (Agrupada) do Parque América
3. a EEPG (Agrupada) de Vila Palmira
- VII — DRE-7-OESTE
- a) DE de Carapicuíba — Município de Barueri
1. a 2.ª EEPG do Jardim Maria Helena
- b) DE de Carapicuíba — Município de Santana do Par-

- naíba
1. a EEPG (Agrupada) Parque Santana
2. a EEPG (Agrupada) do Bairro das Jabuticabeiras
3. a EEPG (Agrupada) do Bairro Bandeirantes
4. a EEPG (Agrupada) do Jardim São Luís

Artigo 2.º — O Secretário da Educação autorizará a instalação das escolas de que trata o artigo anterior e fixará o número de classes de 1.ª a 4.ª séries.

Artigo 3.º — O Secretário da Educação designará o pessoal técnico e administrativo mínimo necessário ao funcionamento das unidades ora criadas, segundo os critérios estabelecidos pelo Decreto n.º 7.709, de 18 de março de 1976.

Artigo 4.º — Nos casos em que se fizer necessário provimento de cargos ou preenchimento de funções-atividades, deverão ser obedecidas as normas constantes dos Decretos n.ºs 21.871 e 21.872, de 6 de janeiro de 1984.

Artigo 5.º — As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta das dotações consignadas no orçamento-programa vigente.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1 de fevereiro de 1985.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 1985.

FRANCO MONTORO

Jara Glória Areias Prado, Respondendo pelo expediente da Secretaria da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 8 de abril de 1985.

#### DECRETO N.º 23.359, DE 8 DE ABRIL DE 1985

*Cria e organiza Centro de Convivência Infantil no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto, da Coordenadoria de Saúde da Comunidade, da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, considerando o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, reformulado pelo Decreto n.º 22.865, de 1.º de novembro de 1984, e diante da exposição de motivos do Secretário da Saúde.

Decreta:

Artigo 1.º — É criado, diretamente subordinado ao Diretor do Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto, da Coordenadoria de Saúde da Comunidade, da Secretaria da Saúde, 1 (um) Centro de Convivência Infantil.

Parágrafo único - O Centro de Convivência Infantil é unidade de natureza interdisciplinar com nível de Seção Técnica.

Artigo 2.º — O Centro de Convivência Infantil tem as atribuições previstas no artigo 7.º do Decreto n.º 22.865, de 1.º de novembro de 1984.

Artigo 3.º — O Chefe do Centro de Convivência Infantil tem, em sua área de atuação, as competências previstas nos artigos 31 e 35 do Decreto n.º 13.242, de 12 de fevereiro de 1979, e nos incisos I e III do artigo 3.º do Decreto n.º 19.469, de 2 de setembro de 1982.

Artigo 4.º — O Diretor do Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto definirá, mediante portaria, normas complementares relativas ao funcionamento do Centro de Convivência Infantil.

Artigo 5.º — O Secretário da Saúde promoverá a adoção gradativa, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras, das medidas necessárias para a efetiva implantação do Centro de Convivência Infantil previsto neste decreto.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 1985.

FRANCO MONTORO

João Yunes, Secretário da Saúde

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 8 de abril de 1985.

#### DECRETO N.º 23.360, DE 8 DE ABRIL DE 1985

*Transfere serviços de assistência médico-odontológica, prestados pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — SUDELPA, para a Secretaria da Saúde e dá outras providências*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e diante das exposições de motivos dos Secretário do Interior e da Saúde,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam transferidos para a Secretaria da Saúde os serviços de assistência médico-odontológica do Programa médico-odontológico, que vêm sendo prestados pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — SUDELPA, no âmbito de sua zona de atuação.

Artigo 2.º — A Secretaria da Saúde fica autorizada a receber, em doação, da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — SUDELPA, os equipamentos de propriedade desta Autarquia, que vêm sendo utilizados no exercício das atividades referidas no artigo anterior.

Artigo 3.º — Nos convênios já celebrados entre a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — SUDELPA e qualquer entidade partícipe, tendo por objeto a execução da atividade de que trata o presente decreto, fica o Secretário da Saúde autorizado a firmar os atos necessários à formalização da respectiva substituição e sub-rogação obrigacional, observadas as normas legais e regulamentares que regem a espécie.

Artigo 4.º — As Secretarias de Economia e Planejamento, da Fazenda e do Interior providenciarão os atos necessários para efetivar a transferência, para o orçamento da Secretaria da Saúde, do saldo orçamentário dos recursos destinados ao exercício das atribuições previstas no artigo 1.º deste decreto, no orçamento da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — SUDELPA.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 1985.

FRANCO MONTORO

Marcos Giannetti da Fonseca, Secretário da Fazenda

João Yunes, Secretário da Saúde

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Chopin Tavares de Lima, Secretário do Interior

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 8 de abril de 1985.

#### DECRETO N.º 23.361, DE 8 DE ABRIL DE 1985

*Regulamenta o Fundo de Financiamento e Investimento Social, criado pela Lei n.º 4.440, de 11 de dezembro de 1984 e dá providências correlatas*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 8.º, da Lei n.º 4.440, de 11 de dezembro de 1984,

Decreta:

Artigo 1.º — O Fundo de Financiamento e Investimento Social, criado pela Lei n.º 4.440, de 11 de dezembro de 1984, tem as seguintes finalidades:

I — apoiar técnica e financeiramente as associações comunitárias para produção e consumo de bens e serviços destinados:

- a) ao próprio uso, manutenção e subsistência das associações;
  - b) às entidades sociais privadas de caráter assistencial, sem fins lucrativos, na qualidade de consumidoras de bens e serviços;
  - c) aos órgãos públicos e fundações estaduais, na qualidade de consumidores de bens e serviços;
- II — apoiar técnica e financeiramente as entidades sociais privadas, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, na produção ou consumo de bens e serviços destinados:
- a) ao próprio uso, manutenção e subsistência das entidades;
  - b) às associações comunitárias de produção e consumo de bens e serviços, na qualidade de consumidoras de bens e serviços;
  - c) aos órgãos públicos e fundações estaduais, na qualidade de consumidores de bens e serviços.

Artigo 2.º — Constituirão receita do Fundo:

I — contribuições e doações de pessoas jurídicas de direito público e privado;

### AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 9 de abril — Terça-feira

8h	Assessoria Especial de Comunicações
9h	Secretário Particular
10h	Audiências com Srs. Deputados Estaduais
15h30	Coordenador para Assuntos Parlamentares
16h	Audiências com Srs. Prefeitos Municipais
18h	Assessor Especial

### Seção I

Esta edição de 56 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias.....	3	Concursos.....	26
Universidades.....	19	Assembléia Legislativa.....	38
Ministério Público.....	21	Diário dos Municípios.....	19
Tribunal de Contas.....	22	Prefeituras.....	55
Editais.....	25	Boletim Federal.....	56